

CONTRATO de AUTONOMIA

Adenda

Preâmbulo

A Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho, Figueira da Foz situa-se na zona norte da cidade da Figueira da Foz e está inserida numa vasta área urbanizada com boas acessibilidades. Foi criada por decreto de 6 de outubro de 1932 e, ao longo do tempo, passou por várias designações - Liceu Municipal Dr. Bissaya Barreto, Liceu Nacional da Figueira da Foz, Escola Secundária n.º 2, Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho, Escola Secundária com 3º CEB Dr. Joaquim de Carvalho tendo adquirido, em 2013 a atual denominação.

Entre Julho de 2009 e Julho de 2011, atravessou um profundo e longo processo de modernização e requalificação, no âmbito da intervenção a que foi sujeita pela empresa Parque Escolar, E.P.

A escola tem, agora, o dobro da área coberta e dispõe de modernos laboratórios, salas adequadas às artes visuais, uma moderna e ampla biblioteca, um pavilhão ginnodesportivo e respetivos balneários completamente renovados, zonas específicas de trabalho para professores, amplas zonas de convívio para os alunos, um auditório com capacidade para 400 pessoas e vastos espaços exteriores. Todas as salas de aula foram requalificadas, possuindo ótimas condições de isolamento acústico e térmico, estando reunidas todas as condições físicas para o desenvolvimento de um trabalho de elevada qualidade, num ambiente moderno e muito agradável.

A oferta formativa para 2015/2016 inclui o 3º ciclo do ensino básico, os quatro cursos científico-humanísticos e o curso profissional (Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos)

No presente ano letivo a população escolar totaliza os 1110 alunos: 377 do 3º ciclo do ensino básico (14 turmas); 667 do ensino secundário regular dos cursos científico-humanísticos (23 turmas); 66 dos cursos profissionais (3 turmas).

A escola dispõe ainda desde 2014/2015 de uma unidade de multideficiência e surdo-cegueira (E. Secundário).

Em 2015/2016 frequentam-na 29 alunos de nacionalidade estrangeira oriundos do Luxemburgo, Ucrânia, Brasil, Alemanha, China, Bélgica, Roménia, Angola, Suíça, Macau, Holanda e França. Relativamente à Ação Social Escolar, verifica-se que 19,5% dos alunos beneficiam de auxílios económicos, tendo-se verificado um aumento de 2,5% relativamente a 2012.

O corpo docente é constituído por 99 professores, (sendo três do ensino especial) - apenas dois são contratados. Nos últimos anos o quadro docente da escola sofreu uma profunda alteração, quer devido a aposentações, quer em virtude das alterações verificadas nos concursos, havendo neste momento apenas, 41% dos docentes que lecionam na escola há mais de dez anos, no entanto todos os docentes têm uma larga experiência profissional, lecionando há mais de dez anos, continuando-se a verificar taxas de assiduidade elevadas.

O pessoal não docente é composto por 32 elementos, (23 assistentes operacionais - embora dois se encontrem de baixa médica prolongada - e 9 assistentes técnicos) é empenhado e 88,8% têm 10 ou mais anos de serviço. A Escola dispõe de uma psicóloga e em virtude do contrato de autonomia, de uma técnica especializada de serviço social.

A escola é ainda sede do Centro de Formação da Associação de Escolas Beira Mar.

A escola possui Associação de Pais / Encarregados de Educação e Associação de Estudantes.

A escola vê-se como uma unidade de gestão responsável, ciente da sua imagem, positiva, na comunidade em que se insere e da responsabilidade que daí advém e quer responder aos desafios de forma adequada, monitorizando o seu desempenho, através de práticas de autoavaliação consistentes que lhe permitam poder tomar decisões que façam convergir a sua ação com os seus objetivos, em ambiente de responsabilidade e segurança.

A escola tem uma larga experiência em termos de monitorização e tratamento de resultados, que remonta ao ano de 1999. Torna-se agora necessário e importante estender as práticas autoavaliativas a outros domínios, nomeadamente, e em primeiro lugar, ao da prestação de serviço educativo e, gradualmente, aos restantes domínios: organização e gestão escolar, liderança e capacidade de autorregulação e melhoria da escola.

Um dos fatores que merece muita atenção, pela pertinência e urgência de análise e tratamento, é o do comportamento e disciplina em que temos tido a perceção, baseada em dados recolhidos através da monitorização das medidas disciplinares aplicadas nos últimos dois anos, de que este é um dos aspetos a merecer intervenção e em que se tem vindo a notar um agravamento da situação.

Com o alargamento da escolaridade obrigatória para os 18 anos, a escola prepara-se para enfrentar mais este desafio, embora com alguma preocupação. Nesta perspetiva, e com sentido de continuar a cumprir a sua missão de bem servir a comunidade, minimizando eventuais efeitos negativos nas taxas de insucesso, abandono e saída precoce, pretendemos alargar a oferta formativa, em articulação com o projeto educativo local e o plano de desenvolvimento estratégico do município.

Um dos pontos fortes da escola tem sido a qualidade e consistência dos seus resultados académicos.

Apresenta-se a seguir um quadro que mostra a taxa de transição/aprovação nos últimos 8-anos de vigência do contrato de autonomia.

Anos letivos	Taxa de transição/ aprovação					
	7ºano	8ºano	9ºano	10ºano	11ºano	12ºano
2007- 2008	98,2%	100%	100%	90,1%	94,2%	84,4%
2008-2009	99,1%	100%	100%	94,4%	91,4%	78,8%
2009 2010	100%	98,2%	100%	85,9%	93,4%	78,5%
2010- 2011	97,1%	98%	96,3%	89,3%	90,5%	74,6%
2011-2012	94,0%	97,1%	98,0%	88,4%	91,2%	79,01%
2012-2013	99,1%	99,20%	99,04%	94,39%	91,23%	79,27%
2013-2014	95,05%	99,07%	98,35%	93,94%	93,06%	82,7%
2014-2015	99,21%	99,01%	98,20%	92,63%	91,79%	84,18%

Nota - De 2007/2008 a 2011/2012 e no ano letivo de 2013/2014 os resultados têm por base 4 turmas do 7º ano, com uma média de 106 alunos. Em 2012/ 2013 os resultados têm por base 5 turmas do 7ºano, assim como em 2014/2015, com uma média de 131 alunos. É de considerar que a escola assume como insucesso as anulações de matrícula e as exclusões por faltas.

A desistência e o abandono escolar desde há muito que constituem uma grande preocupação para a escola que, por isso, estabeleceu metas no seu Projeto Educativo, que foi elevando à medida que iam sendo atingidas.

As taxas de abandono no 3º ciclo foram, nestes últimos oito anos, de zero por cento e as do secundário têm variado, mas estão em consonância com as taxas contratualizadas no anterior contrato de autonomia.

Anos letivos	Taxa de abandono	
	3º Ciclo	Ensino Secundário
2007- 2008	0%	2,4%
2008-2009	0%	0,8%
2009- 2010	0%	1,2%
2010- 2011	0%	3,2%
2011-2012	0%	1,68%
2012-2013	0%	0,72%

2013-2014	0%	0,52%
2014-2015	0%	0,11%

Em 2009/2010 iniciou-se o ensino profissional, com 1 turma do curso de técnico de informática de gestão. Em 2011/2012, teve início o curso de técnico de multimédia também com uma turma. Atualmente, encontram-se em funcionamento três turmas – uma do curso de Técnico de Informática de Gestão – no último ano – e duas do curso de técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos – uma do 1º ano e outra do 2º. No último ano as taxas de sucesso são de 100% no 1º ano e no 2º ano e de cerca de 80% no 3º ano.

Embora a escola tenha todos os resultados de exames monitorizados desde 1999, incluindo a comparação com os resultados a nível nacional, apresentam-se os resultados do último ano. Estes resultados dizem respeito às duas fases de exame incluindo as reapreciações e reclamações.

9º ano

Disciplinas	CIF	CE	CE-CIF	Média de CE da escola	Média CE nacional
Português	3,62	3,41	-0,21	66,6%	58%
Matemática	3,84	3,66	-0,18	71,4%	48%

11º ano

DISCIPLINAS	CIF	CE	CE- CIF	CE Nacional 1ªFASE	CE Escola – CE Nacional
Física e Química A	13,71	12,25	-1,46	9,9	2,35
Biologia e Geologia	14,89	9,56	-5,33	8,9	0,66
Geometria Descritiva A	14,31	12,39	-1,92	12,2	0,19
Matemática Aplicada às Ciências Sociais	12,83	14,42	1,59	12,3	2,12
Matemática B	13,0	13,06	0,06	11,2	1,86
Geografia A	13,48	12,06	-1,42	11,2	0,86
Alemão Específico	15,67	18,63	2,96	11,8	6,83
História da Cultura das Artes	12,11	6,71	-5,4	9,6	-2,89
Total da escola nas disciplinas sujeita a exame final	13,75	12,39	-1,36		

12º ano

DISCIPLINAS	CIF	CE	CE-CIF	CE Nacional 1ª FASE	CE Escola – CE Nacional
Português	14,14	10,72	-3,45	11,0	-0,28
Matemática	14,12	14,32	0,2	12,0	2,32
Desenho A	14,58	13,11	-1,47	13,1	0,01
História A	12,17	10,55	-1,62	10,7	-0,15
Total da escola nas disciplinas trienais	13,75	12,18	-1,57		

Nos últimos 12 anos a escola foi sujeita a avaliação externa por três vezes. Em 2011, realizou-se a última destas avaliações, tendo sido avaliada com Muito Bom nos três domínios do quadro de referência desta avaliação - Resultados, Prestação do Serviço Educativo e Liderança e Gestão - . No seu relatório final a equipa de avaliação realça os seguintes pontos fortes no desempenho da Escola:

- Taxas de conclusão do 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário superiores ao valor esperado no ano letivo de 2009-2010;
- Resultados alcançados no último triénio nos exames nacionais das disciplinas de Matemática A, Física e Química A e Biologia e Geologia, que superaram constantemente as médias nacionais;
- Trabalho cooperativo das estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica, com reflexo na articulação curricular e sequencialidade das aprendizagens;
- Respostas diferenciadas e integradoras proporcionadas aos alunos com necessidades educativas especiais;
- Dinâmica pedagógica no âmbito das Ciências Experimentais, com elevado impacto nos resultados académicos e na promoção da literacia científica;
- Lideranças de topo e intermédias influentes na responsabilização e motivação dos profissionais, com reflexo na boa gestão de recursos, na adoção de estratégias globais de melhoria e na organização geral da Escola.

No entanto a equipa de avaliação refere algumas áreas onde a Escola deve incidir prioritariamente os seus esforços com vista à melhoria, que são as seguintes:

- Aumento das taxas de conclusão do 12.º ano, onde se tem verificado uma regressão durante o período de vigência do contrato de autonomia;
- Aproveitamento, ao nível do plano anual de atividades, do dinamismo dos alunos e retroação das suas ideias e sugestões apresentadas;
- Monitorização dos resultados da avaliação sumativa apresentados na disciplina de Educação Física do ensino secundário, que por norma apresentam desvios positivos elevados em relação à média dos resultados da turma;
- Avaliação dos tempos afetos a apoio e recuperação, com vista a determinar o grau de eficácia destas medidas no sucesso dos alunos do ensino secundário.

Estes aspetos, que já tinham sido objeto de reflexão na escola, fizeram com que fosse elaborado um plano de melhoria que contempla todos os pontos atrás referidos, com especial enfoque na reformulação do plano de apoio e reforço das aprendizagens, por se entender que esta seria a forma mais adequada de colmatar as debilidades identificadas em 1º e 4º lugar. Neste ano letivo a escola optou por ter um plano de apoio baseado, quer no 3º ciclo, quer no ensino secundário, em grupos de nível. Este plano, gizado, também, numa ótica de racionalização de recursos, será apoiado numa rigorosa triagem das dificuldades dos alunos e monitorização através de aplicação informática, e sujeito a avaliações e/ ou atualizações periódicas.

No âmbito do desenvolvimento do regime jurídico de autonomia da escola, consagrada pelo Decreto-Lei nº 43/89, de 3 de fevereiro, e ao abrigo do Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho, e pela Portaria nº 265/2012, de 30 de agosto, e demais legislação aplicável, o Ministério da Educação, através da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, e a Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho, Figueira da Foz, celebram e acordam entre si o presente contrato de autonomia, que se rege pela regulação suprarreferida e ainda pelas cláusulas seguintes:

[...]

Cláusula 2ª **Objetivos operacionais**

1. Consolidar uma taxa de abandono tendencialmente de 0%.
2. [...]
3. [...]
4. [...]
5. Consolidar [...]
6. [...]
7. [...]
8. [...]
9. [...]
10. [...]
11. [...], aumentando em 10% o número de utilizadores.
12. [...]

Cláusula 3ª

Plano de ação estratégica

Tendo em vista a concretização dos objetivos previstos nos nºs 1 e 2, desenvolve-se o seguinte plano estratégico, em respeito pela legislação em vigor e em função dos recursos humanos disponíveis na escola.

ÁREAS DE INTERVENÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS A DESENVOLVER	CALENDARIZAÇÃO			RECURSOS
		2015/2016	2016/2017	2017/2018	
Resultados escolares (Consolidação / melhoria)	<p>1. Continuação da aplicação do plano estratégico de apoios da escola de acordo com o seguinte:</p> <p>.. Triagem rigorosa das dificuldades dos alunos (avaliação diagnóstica);</p> <p>..Organização dos alunos em grupos de nível – 3.º ciclo - (4 níveis), 10.º /11.º ano/12.ºano (3 níveis);</p> <p>.. Monitorização da evolução das aprendizagens dos alunos através de aplicação</p>	X	X	X	Conselho Pedagógico, Coordenadores disciplinares, docentes das várias disciplinas e diretores de turma

	informática; .. Avaliação do grau de eficácia e eficiência do plano no sucesso dos alunos. 2. Integração de componentes locais e regionais no currículo. 3. Desenvolvimento de projetos no âmbito da preservação do património edificado e natural.				
		X	X	X	

Resultados nos exames de Português	1. Utilização sistemática da Biblioteca Escolar, com o intuito de aquisição /desenvolvimento de atitudes e competências dos alunos no âmbito da leitura e da literacia;	X	X	X	Professora Bibliotecária
	2. Criação de um “Atelier de Reflexão Crítica”, com o objetivo de desenvolvimento do espírito crítico e do discurso argumentativo		X	X	Docentes do departamento de Estudos Antropológicos e de Línguas Clássicas e Românicas
	3. Potenciar e desenvolver o espírito da publicação da escola “Acrobacias com Palavras”;	X	X	X	Docentes do departamento de Línguas Clássicas e Românicas e de Artes Visuais.
	4. Fomentar a troca de experiências com escolas com bons resultados nesta disciplina, nos exames nacionais, no sentido de incrementar boas práticas.	X	X	X	Docentes do departamento de Línguas Clássicas e Românicas
Prevenção do abandono escolar/saída precoce	1. Diversificação da oferta formativa em articulação com o Projeto Educativo Local, alargando-a a cursos profissionais ligados ao		X	X	Psicóloga Escolar, Assistente Social,

	ambiente e ao turismo, sem prejuízo da articulação com os serviços competentes do Ministério da Educação;				Professora do Ensino Especial
	2. Estabelecimento de parcerias com entidades formativas de modo a complementar, com menos custos, a oferta formativa;		X	X	
	3. Promoção do conhecimento da realidade da escola, através da realização de estudos científicos, que nos permitam a sinalização e intervenção precoce nesta área;	X	X		
	4. Continuação da equipa dos serviços especializados de apoio educativo, constituída no mínimo, por um psicólogo, um assistente social e um professor do ensino especial;	X	X	X	
	5. Preparação da integração dos alunos na vida ativa através de ações ligadas ao empreendedorismo, em articulação com o plano estratégico de desenvolvimento do concelho.	X	X	X	
Comportamento e disciplina	1. Aumento do grau de participação dos alunos na revisão do regulamento interno, com especial incidência no capítulo dos seus direitos e deveres;	X	X	X	Diretores de Turma
	2. Desenvolvimento de projetos, no âmbito da educação para a cidadania e prevenção de comportamentos de risco, com instituições, nomeadamente com a Associação Fernão Mendes Pinto.	X	X	X	Docente Coordenadora da Educação para a Cidadania e Docentes do PESES; SPO's
	3. Fomentar a participação e intervenção dos pais e encarregados de educação na vida da escola, quer individualmente quer através das suas estruturas	X	X	X	Diretores de Turma

	representativas.				
--	------------------	--	--	--	--

Cláusula 4ª

Competências reconhecidas à escola

Com o presente contrato, o Ministério da Educação reconhece à escola as seguintes competências para o desenvolvimento da sua autonomia:

1. [...]
2. [...]
3. Alocar à articulação curricular, prevista no número anterior, os tempos a incluir na componente não letiva de estabelecimento dos docentes, sem prejuízo do legalmente definido sobre a matéria;
4. Enquadrar as horas dos horários dos docentes destinadas a apoio aos alunos em termos de recuperação e desenvolvimento das suas aprendizagens, bem como desenvolvimento de atividades de complemento curricular, prioritariamente, na componente letiva, sem prejuízo do legalmente definido sobre a matéria;
5. Selecionar e contratar pessoal docente para colmatar as necessidades transitórias, após o concurso de colocação dos professores do quadro de Escola e Quadro de Zona Pedagógica, sem prejuízo do cumprimento escrupuloso no definido em lei própria para o efeito e demais orientações sobre a matéria;
6. [...]
7. [...]

7.1. [...]

[...]

Cláusula 6ª

Compromissos do Ministério da Educação

Pelo presente contrato, o Ministério da Educação, compromete-se e obriga-se a:

1. [...]

2. [...]

3. Proporcionar a consulta e o apoio à Escola nas questões de índole jurídica;

4. Autorizar a utilização da componente do crédito horário para atividade pedagógica, na contratação de docentes ou de técnicos especializados para o exercício de outras funções, de modo a promover o sucesso educativo e a combater o abandono escolar.

[...]

Aprovado em Conselho Geral de 15 de dezembro de 2015

O Presidente do Conselho Geral

(João José da Silva Santos)

O Diretor

(Carlos Alberto Pais dos Santos)